

O rei nu na cultura em Portugal e uma proposta para *fazer diferente*

Debate Museu dos Coches Raquel Henriques da Silva

A inauguração do novo Museu Nacional dos Coches (MNC), mais de dois anos depois da conclusão dos trabalhos de construção e sem que a museologia da exposição permanente esteja concluída, é um acto da campanha eleitoral que já estamos a viver. Pretende-se mostrar obra feita na Cultura e cativar o influente *lobby* dos arquitectos e seus amigos que consideram que o que ali urge mostrar é a obra do principal autor do projecto, o celebrado Paulo Mendes da Rocha. Para mim que, desde 2000, discordo das sucessivas propostas que sobre o assunto foram existindo, com sincero espírito de companheirismo, desejo à equipa do MNC as maiores felicidades e aos públicos em geral que os mais de 40 milhões de euros já gastos tenham merecido a pena, ou seja, que a bela colecção dos coches possa ser fruída em melhores condições.

Ainda assim quero usar aqui o meu direito à memória. Recordando as primeiras decisões – elaboradas por um grupo de trabalho onde sempre perdi –, o que aconteceu é infinitamente superior ao que se propunha: usar o apetecível local para instalar a Escola Portuguesa de Arte Equestre, com estabulação de cavalos integrada, e, numa pequena área anexa, colocar o MNC. Ultrapassada esta estapafúrdia proposta, a decisão de que se renunciava à escola e se construiria apenas o novo MNC foi tomada por um ministro da Economia que a transmitiu ao ministro da Cultura. Apesar da prepotência insuportável, a verdade é que o ministro da Cultura aceitou e “toda a gente” também porque se via no novo museu uma árvore das patacas que iria (irá) fazer multiplicar os preciosos 40 milhões de euros que chegaram à Cultura, por contrapartida da abertura do Casino de Lisboa. “Toda a gente” não incluía evidentemente a opinião de técnicos e especialistas, muito pouco a do Instituto dos Museus e quase nada a da própria directora do mesmo. Assim se continuou depois, até ao dia de hoje. Alguns, poucos na verdade, defenderam que aquele dinheiro devia ser investido com o máximo critério, considerando as graves carências do sector: mais do que construir um novo MNC (quando o existente era amado e visitado como nenhum outro em Portugal)urgia ampliar o Museu Nacional de Arqueologia ou intervir profundamente no Museu Nacional do Azulejo, museu igualmente amado e visitado e cujo monumento quinhentista em que está instalado se encontra em situação de risco permanente. O MNC precisava de renovar a sua museologia e de crescer em área mas não de um edifício novo onde os

coches, como se verá, passarão a nadar. E, ainda assim, é necessário expor todos, os excepcionais e os vulgares, para ocupar, ou fazer de conta que se ocupa, a arquitectura de Mendes da Rocha. Esta, infelizmente, muito deixa a desejar como museu, cuja primeira função é salvaguardar os bens que integra. Mas sobre este penoso assunto não me alongarei antes de a museografia estar completa, pensa-se que para o final de 2015...

A festa que se vai desenrolar em clima pré-eleitoral deve ser o momento para recordar que, em 2013, o investimento na Cultura foi 0,1% do PIB, o que coloca Portugal em 21.º lugar, entre 25 países europeus!^[1] No que aos museus diz respeito, o dramático desinvestimento é especialmente inaceitável porque, em tempos de euforia turística, eles apresentam crescimentos apreciáveis nos números de visitantes e de receitas. Esta situação não se deve apenas ao aumento da procura mas ao empenho das insuficientes equipas de cada museu que, literalmente, fazem milagres, obtendo mecenato, aprofundando parcerias e gerindo a escandalosa ausência de autonomia financeira que lhes foi imposta,



Não admito que, depois dos gastos de torneira aberta, se diga que não há dinheiro



regressão gravíssima que nem no Estado Novo existiu. Para trabalhar hoje nos museus portugueses, numa perspectiva competitiva e com elevado gabarito de oferta pública, as equipas têm de recorrer a estratégias imaginosas e correr riscos administrativos não negligenciáveis. Reina, na Direcção-Geral do Património Cultural, um centralismo inaudito que

espezinhou conquistas do passado próximo, potenciadoras de real desenvolvimento à complexa gestão dos museus. Este é um triste exemplo da maneira cega com que foram feitos os cortes na administração pública, assentes na desconfiança, na ameaça e na redução dos objectivos a indicadores imediatos de receita. Noutro aspecto, o Governo tem revelado a sua ausência de empenho na gestão dos museus. Refiro-me ao crescimento das colecções onde o investimento é quase inexistente, mais uma vez ultrapassando pela negativa o antes do 25 de Abril. Todavia, a dramática situação financeira que os portugueses estão a sofrer poderia ter tido algumas contrapartidas positivas: neste momento, por exemplo, o Estado

deveria estar a gerir o acervo de Miró(s) do BPN e talvez as colecções, as pessoais e as não pessoais, do ex-presidente do Banco Privado. Para isso, deveria o secretário de Estado da Cultura reconhecer a sua falta de peso político, rodeando-se de conselheiros credíveis capazes de desenvolver uma actuação eficaz para que as melhores decisões fossem tomadas. Não o faz, contradiz-se permanentemente, nada esclarece e, entretanto, temos de aceitar o silêncio de chumbo que paira sobre a exportação criminosa, determinada por ministro, de uma obra-prima da pintura ocidental que tinha, desde os anos de 1970, um regime de protecção patrimonial.

Mas, apesar de tudo, eu sou optimista e o que mais desejo, da parte de cada Governo, é que governe bem. Por isso, lanço aqui um repto que, a gerar a boa decisão, poderia ser finalmente um sinal de estímulo para quem trabalha no sector, sobretudo um enriquecimento real e simbólico das colecções nacionais. Termina, em 31 de Dezembro de 2015, o depósito, na Fundação Arpad Szenes-Vieira da Silva (FASVS), das últimas obras da pintora Maria Helena Vieira da Silva, pertencentes aos herdeiros da Colecção Jorge de Brito. Entre elas, contam-se quatro pinturas excepcionais que qualquer museu desejaria possuir e que dotariam a FASVS de um reforço real para cumprir a sua missão, junto dos públicos e no relacionamento com os pares que têm dificuldade em acreditar que a fundação que ostenta aquele nome ilustre dispõe de um acervo inexpressivo de obras suas. O respectivo conselho de administração tentou, sem conseguir, interessar potenciais mecenas na compra de pelo menos duas dessas pinturas de que nunca deveríamos despedir-nos. Não se conseguiu apesar de muito empenho. Na minha opinião, a situação pode inverter-se se o Estado der um sinal, adquirindo uma delas. Como cidadã, não admito que, depois dos gastos de torneira aberta exigidos pelo novo e desnecessário MNC, se diga que não há dinheiro. Cabe ao Governo assumir a pertinência e positividade do facto: comprar finalmente uma obra da pintora internacional que, tendo sido emigrante desde os 20 anos e francesa depois dos 45, sempre considerou que a cultura portuguesa foi a matriz da sua originalíssima poética. Decidido o que deve ser decidido, com convicção inabalável, não faltarão instrumentos para se montar uma operação financeira adequada em que, estou certa, participarão mecenas e, desejavelmente, os próprios proprietários.

[1] Agradeço o fornecimento destes dados a Luís Raposo (L.R.) e remeto os leitores interessados para o seu artigo publicado recentemente na Arte Capital.